

**Dados, Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças** : a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de cedente devedora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debituristas e credor fiduciário, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de credor fiduciário no âmbito do FINEM (conforme definido na Escritura de Emissão), e o Banco do Brasil S.A. ("Banco Depositário"), na qualidade de administrador das contas ("Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas" e "Contrato Fiduciária Receita Operacional Tarifária", respectivamente); **(I)** aos Debituristas da 1ª série da Emissão; **(I.a)** 1,30% dos direitos creditórios diretos que integram a Receita Operacional Tarifária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas), presentes e/ou futuros, de titularidade da Emissora, incluindo todos os direitos, acréscimos e/ou valores relacionados, seja a que título for, inclusive a título de multa, indenizações, juros e demais encargos; **(I.b)** 1,30% dos direitos, atuais e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Banco Depositário, depositados na Conta Centralizadora (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas) e os frutos e rendimentos originados na Conta Centralizadora, incluindo os Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas), conforme aplicável, bem como todos e quaisquer montantes nela depositados a qualquer tempo e a qualquer título, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; e **(I.c)** todos os direitos, atuais e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Banco Depositário, depositados nas Contas Vinculadas Debituristas Primeira Série (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas) e os frutos e rendimentos originados nas Contas Vinculadas Debituristas Primeira Série, incluindo os Investimentos Permitidos, conforme aplicável, bem como todos e quaisquer montantes nela depositados a qualquer tempo e a qualquer título, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; e **(I.d)** aos Debituristas da 2ª série da Emissão; **(II.a)** 0,80% dos direitos creditórios diretos que integram a Receita Operacional Tarifária, presentes e/ou futuros, de titularidade da Emissora, incluindo todos os direitos, acréscimos e/ou valores relacionados, seja a que título for, inclusive a título de multa, indenizações, juros e demais encargos; **(II.b)** 0,80% dos direitos, atuais e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Banco Depositário, depositados na Conta Centralizadora e os frutos e rendimentos originados na Conta Centralizadora, incluindo os Investimentos Permitidos, conforme aplicável, bem como todos e quaisquer montantes nela depositados a qualquer tempo e a qualquer título, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; e **(II.c)** todos os direitos, atuais e/ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Banco Depositário, depositados nas Contas Vinculadas Debituristas Segunda Série (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas) e os frutos e rendimentos originados nas Contas Vinculadas Debituristas Segunda Série, incluindo os Investimentos Permitidos, conforme aplicável, bem como todos e quaisquer montantes nela depositados a qualquer tempo e a qualquer título, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária; e **(II)** nos termos e prazos a serem estipulados no âmbito da Emissão, cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Emissora descritos abaixo, nos termos do artigo 66-8, 5.º, da Lei nº 4.728, de 14.07.1965, conforme alterada, e observado o disposto nos artigos 28 e 28-A da Lei nº 8.987 (conforme definido abaixo), a ser formalizada por meio do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis, Conta Vinculada, Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Emissora, na qualidade de cedente devedora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debituristas e credor fiduciário, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de credor fiduciário no âmbito do FINEM (conforme definido na Escritura de Emissão), e o Banco Depositário, na qualidade de administrador da conta contrato de cessão fiduciária ("Contrato de Cessão Fiduciária Recebíveis Indenização") e, quando em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas, os "Contratos de Cessão Fiduciária" tendo como objeto **(II.a)** o direito a eventual indenização devida e/ou paga por parte da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - SP Regula, criada pela Lei Municipal nº 17.433/2020, CNPJ 41.814.509/0001-55, com sede na Cidade de São Paulo/SP, no Viaduto do São, nºs 15, 12 e 12A, Centro, CEP nº 01002-020 ("Poder Concedente"), em razão de sua ocorrência, caducidade, encampação, revogação, relicitação ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro derivados do Contrato de Concessão ("Recebíveis de Indenização"); e **(II.b)** a conta vinculada na qual serão depositados os Recebíveis de Indenização ("Conta Vinculada Recebíveis Indenização"), e os frutos e rendimentos originados na Conta Vinculada Recebíveis Indenização, incluindo os Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária Recebíveis Indenização), conforme aplicável, bem como todos e quaisquer montantes nela depositados a qualquer tempo e a qualquer título, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Cessão Fiduciária Indenização"); **(b)** **Finança Bancária**: A Emissora deverá contratar fiança bancária para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento de 100% das Obrigações Garantidas da Segunda Série, que deverá permanecer válida e vigente até a liquidação integral das Obrigações Garantidas da Segunda Série ("Finança Bancária"); **(c)** **Garantia Fiduciária**: Em garantia das Obrigações Garantidas da Primeira Série, a Fidora prestará, na melhor forma de direito, fiança em favor dos Debituristas da Primeira Série, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretirável, como fiadora, codevedora solidária e principal pagadora responsável pelo fiel e exato cumprimento de 100% das Obrigações Garantidas da Primeira Série, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e facilidade de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, § único, 364, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 130, inciso II, e 794 da Lei nº 13.105, de 16.03.2015, conforme alterada ("Código de Processo Civil") e Finança; e, em conjunto com a Cessão Fiduciária e a Finança Bancária, "Garantias"; **(d)** **Colocação e Procedimento de Distribuição**: As Debituristas serão objeto de distribuição pública, exclusivamente para Investidores Profissionais, nos termos da Lei de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação de instituição intermediária, atuando em nome da Emissora para coordenar e intermediar a Oferta ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Estruturação, Coordenação e Colocação para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, Sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 2ª Emissão de Debituristas Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em 2ª Série, da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga", a ser celebrado entre a Emissora, o Coordenador Líder e a Fidora, na qualidade de instituidor anuente ("Contrato de Distribuição"); **(e)** **Resgate Antecipado Facultativo Total**: Observado o disposto no artigo 1.º, § 1.º, inciso II, da Lei nº 12.431, na Resolução CMN nº 4.751, de 26.09.2019, conforme em vigor ("Resolução CMN 4.751"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21.07.2022, de conformidade com o artigo ("Resolução CMN 5.034"), e/ou nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e/ou em qualquer outro caso, desde que venha a ser autorizada pela legislação ou regulamentação por CMN, a Emissora poderá antecipar o pagamento de qualquer critério e dependência das Debituristas, o resgate antecipado da totalidade das Debituristas, a totalidade das Debituristas, com o consequente cancelamento de tais Debituristas (caso permitido nos termos da legislação e regulamentação vigente), desde que se observe(m): **(i)** o prazo médio ponderado dos pagamentos transcrito entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo) superior a 4 anos ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis; e **(ii)** a Emissora esteja adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). O prazo médio ponderado mencionado acima será calculado quando da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos da Resolução CMN 5.034, ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei nº 12.431. O Resgate Antecipado Facultativo Total será operacionalizado conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(f)** **Amortização Extraordinária Facultativa**: As Debituristas não estarão sujeitas à amortização extraordinária facultativa pela Emissora; **(g)** **Oferta de Resgate Antecipado**: Desde que se observe(m): **(i)** o prazo médio ponderado dos pagamentos transcursos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate superior a 4 anos ou outro que venha a ser autorizado pela legislação ou regulamentação aplicáveis; e **(ii)** o disposto nas regras expedidas pelo CMN e na legislação e regulamentação aplicáveis, bem como no inciso II do § 1.º do artigo 1.º da Lei nº 12.431, a Emissora poderá realizar, a qualquer momento, e a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado da totalidade das Debituristas ou da totalidade das Debituristas de uma determinada Série, com o consequente cancelamento das Debituristas resgatadas, caso permitido nos termos da legislação e regulamentação vigente ("Oferta de Resgate Antecipado"); **(h)** **Oferta de Resgate Antecipado** será endereçada a todos os Debituristas ou a todos os Debituristas da respectiva Série, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debituristas ou a todos os Debituristas da respectiva Série para aceitar o resgate antecipado das Debituristas de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos na Escritura de Emissão. O prazo médio ponderado mencionado acima será calculado quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado, nos termos da Resolução CMN 5.034, ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei nº 12.431. A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **(h)** **Aquisição Facultativa**: Após decorridos 2 anos contados da Data de Emissão, ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação e regulamentação aplicáveis, e observado o disposto no inciso II do § 1.º do artigo 1.º da Lei nº 12.431, na Resolução CVM 160, bem como no artigo 55, § 3.º da Lei das Sociedades por Ações, na Resolução da CVM nº 77, de 29.03.2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 77") e demais regulamentações aplicáveis da CVM, as Debituristas ou as Debituristas da respectiva 2ª Série poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, condicionado ao aceite do respectivo Debiturista vendedor, por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora, ou por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM ("Aquisição Facultativa"). As Debituristas que venham a ser adquiridas nos termos deste item poderão, a critério da Emissora e desde que observado a regulamentação aplicável em vigor: **(i)** desde que legalmente permitido pela regulamentação aplicável, ser canceladas, observado o disposto no artigo 1.º, § 1.º, inciso II, da Lei nº 12.431, nas regras expedidas pelo CMN e na regulamentação aplicável; **(ii)** permanecer na tesouraria da Emissora; ou **(iii)** ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CVM 160. As Debituristas adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos valores de Atualização Monetária e Juros Remuneratórios das demais Debituristas, conforme aplicável. **(II) Vencimento Antecipado**: O Agente Fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas (de modo automático ou não) todas as obrigações decorrentes das Debituristas e exigir o imediato pagamento dos valores devidos pela Emissora do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da última Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, e dos Encargos Moratórios e multas, se houver, incidentes até a data do seu efetivo pagamento, respeitados os respectivos prazos de cura. **(j)** **Banco Liquidante e Escriturador**: o banco liquidante e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco/SP, na Cidade de Deus, S/N, Vila Yara, CNPJ 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e/ou Escriturador na prestação dos serviços de banco liquidante e escriturador da Emissão). **(kk)** **Desmembramento**: Não será admitido o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. **(ll)** **Demais Características**: As demais características e condições da Emissão serão especificadas na Escritura de Emissão. **(mm)** **Aprovar a outorga**, pela Companhia, de forma irrevogável e irretirável, da Cessão Fiduciária, nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária. **(nn)** **Aprovar a outorga**, pela Companhia, de procurações, nos termos dos Contratos de Cessão Fiduciária, as quais terão validade, pleno vigor e efeito até que as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente satisfeitas. **(oo)** **a contratação**, pela Companhia, da Finança Bancária; **(v)** **autorizar a diretoria**, a administração ou os procuradores da Companhia, para negociarem e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão, às Debituristas e à Oferta; **(b)** **celebrar a Escritura de Emissão**, o Contrato de Distribuição e os

Além disso, o IDPay já está conectado diretamente a quatro dos cinco maiores bancos emissores de cartões de crédito no Brasil, o que reforça o seu efeito de rede e lhe permite aprovar automaticamente (em tempo real no momento da transação) 70% do share de cartões do mercado. Mais de 50 marcas e varejistas, contam com essa solução, que ajuda o setor a reduzir perdas e melhorar a experiência de compra dos consumidores.

[illegible]

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/D606-D8AA-E9D3-1D50> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D606-D8AA-E9D3-1D50



Hash do Documento

64DC4774284C98ABFE0840E08A509DB803E1D5C19E42EACA08B2A49F3EAE421A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/07/2025 é(são) :

- ☒ Lilian Regina Mancuso - 05.687.343/0001-90 em 31/07/2025 18:51 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA - 05.687.343/0001-90

